

DESTAQUE

MARCIO MOREIRA ALVES

Economia Brasil
077
Reportagem 0137

Passemos a coisas sérias

O pequenino Romário subiu a alturas insuspeitadas até mesmo pelo Marcelo Negro para o encontro que tinha com a bola passada pelo Bebeto, lá da linha de fundo. O encontro da sua testa com a pelota fora marcado pelo destino e não havia nada que o goleiro Siboldi poderia fazer, por mais milagroso que fosse. O bar dos aposentados do Posto 6, como todos os bares e lares do País, explodiu, em fervor patriótico quando vimos as redes balançarem. Ao meu lado, intocado pela emoção, Alquicioniades Pereira, político da antiga geração mineira, que os anos tornaram ainda mais cético, molhou a língua na cachaça e comentou:

— Essa cabeçada valeu 50 milhões de dólares, no mínimo.

Estranhei a frieza e a observação argentária.

— Já pensou em quanta gente perderia o emprego se o Brasil não se classifica? Já pensou nos milhões que a TV deixaria de faturar dos patrocinadores, nas camisas e nas bandeiras que não seriam vendidas, no espaço vazio nas companhias de aviação, nas agências de turismo que iriam à falência? — engrenou ele. — O Romário está nos dando a chance de pensarmos em coisas sérias. Amanhã todo mundo vai esquecer que chamamos o Parreira de burro.

Cada vez admiro mais os velhos políticos das Minas Gerais, que enxergam a razão política atrás de tudo. Pena que não deram cria. O Alquicioniades tem toda razão. Podemos agora arquivar a chanchada peemedebista e passar a coisas mais sérias.

Por exemplo, a unificação cambial, ou seja, o estabelecimento de um preço único para os dólares do comércio exterior, do turismo e do mercado paralelo. É um passo para o sucesso de qualquer projeto de combate à inflação baseado na chamada "âncora cambial", ou "dolarização chique", como preferem alguns maldizentes. É ainda um caminho que conduz a tentações de brincar com a referência externa, o que, segundo muitas vezes escreveu mestre Celso Furtado, levou sempre à crise cambial e à limitação da capacidade de importar.

O tema caiu na rua antes do tempo em virtude de uma declaração precipitada do ministro Fernando Henrique, que obrigou o Banco Central a intervir maciçamente no mercado, gastando reservas. Um bilhão, informa a Angela Bittencourt.

O nosso Príncipe Perfeito, talvez preparando-se para as discussões com o FMI dessa semana, deve estar treinando conversação com a popular Miss Fúti, que é como os íntimos tratam a professora de inglês do Planalto, Miss Footin-mouth.

Deslizes verbais à parte, a diferença entre os diversos dólares vai diminuindo até permitir o Banco Central dizer que não quer mais monopolizar a compra das divisas dos exportadores. Depois, poderão ser feitos contratos em dólares e pagamentos na denominação que se quiser, aliviando a pressão inflacionária provocada pela compra de moeda estrangeira. Para isso, não é preciso lei nova. Basta reativar o artigo 947 do Código Civil, redigido em 1917 pelo Clóvis Bevilacqua, sobre a liberdade de contratar ou indexar pagamentos em dinheiro.

Mais difícil parece ser um acordo entre o Ministério da Fazenda e o do Planejamento sobre o verda-

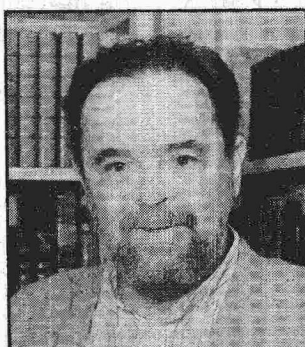
deiro montante do déficit previsto para o ano que vem. No Planejamento apareceu um número, US\$ 23,5 bilhões, que a Fazenda diz ser superestimado. É a continuação do mistério dos números que não batem desde que a máquina federal foi desmontada por João Santana, o Huno.

O ex-presidente do Banco Central Paulo Lyra faz circular um estudo sobre inflação, déficit público e dívida interna pública. Uma das tabelas mostra que, executado 1990, a receita disponível do

Tesouro tem coberto os seus gastos, tanto de custeio como de investimentos, desde 1988, exclusive os juros.

Se não é o excesso de gastos dos governos, federal, estaduais e municipais, que provoca o déficit, o presidente Itamar teria razão em jogar a culpa nos juros? Quem sabe ele não é um economista tão bom como os de Cambridge e do MIT? E, se assim for, o montante de juros transferidos para o exterior como pagamento da dívida externa, US\$ 12,5 bilhões o ano passado, bastante mais esse ano, vai ser discutido de novo? A dívida externa, que exige a acumulação de imensos saldos na balança comercial, vai voltar ao centro das discussões sobre a inflação, como há tempos reclama Leonel Brizola?

Afasta-se o natural e ele volta correndo, dizem os fanceses. O natural é que o debate envolva todos os seus componentes, o que não tem acontecido até agora.



■ Marcio Moreira Alves é jornalista

Podemos arquivar a chanchada peemedebista e passar, por exemplo, à unificação cambial